INTERESSADO: ELEICAO 2022 IVAN ADMAR DORNELLES DUARTE DEPUTADO ESTADUAL E OUTROS.

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA À ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2022. LEI Nº 9.504/97, ART. 30. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019, ART. 74. PARECER CONCLUSIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA DO TRE/RS PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. RECURSOS PRÓPRIOS. DOAÇÃO PARA CAMPANHA. PATRIMÔNIO DECLARADO ZERADO. RONI. DESPESAS DE IMPULSIONAMENTO. DEVER DE RECOLHIMENTO DAS SOBRAS. PAGAMENTOS IRREGULARES. DESPESAS SEM COMPROVAÇÃO DA PERTINÊNCIA COM AS ATIVIDADES DA CAMPANHA. DESPESAS DE PESSOAL. AUSÊNCIA DE CONTRATOS E DA DESCRIÇÃO ADEQUADA DAS ATIVIDADES. PARECER PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS, COM A DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DA QUANTIA IRREGULAR AO TESOIRO NACIONAL

I - RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas, apresentada pelo(a) candidato(a) em epígrafe, na forma da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RS, conforme Parecer Conclusivo anexado aos autos, opinou pela desaprovação das contas.

Realizado o exame das contas (ID 45461374), o(a) candidato(a) foi intimado(a), mas não se manifestou. O parecer conclusivo manteve apontamentos que totalizaram R\$ 60.916,53 (ID 45469381).

Vieram os autos a esta PRE para apresentação de parecer.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O item 3.1 do parecer conclusivo aponta que os recursos próprios aplicados na campanha (R\$ 3.000,00) superam o valor do patrimônio declarado por ocasião do registro de candidatura, podendo revelar indícios de recursos de origem não identificada.

Embora não tenha sido anexado documento comprobatório que conste a renda do recorrente, é possível verificar no Requerimento de Registro de Candidatura que o candidata psicólogo, o que permite supor que exerce atividade remunerada e tem condição de reservar parte de sua renda para o autofinanciamento eleitoral.

A jurisprudência desse e. TRE/RS já consolidou o entendimento de que a ausência de informação quanto à existência de bens não impede reconhecer que a prestadora possui renda apta a demonstrar a origem dos recursos doados para a sua própria campanha, sobretudo em se tratando de autofinanciamento em valor inferior a 10% do teto de isenção do IRPF, a saber R\$2.855,97:

RECURSO. ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO.

VEREADOR. DESAPROVADAS. EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS COM AUTOFINANCIAMENTO DE CAMPANHA. APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS SUPERIOR AO PATRIMÔNIO DECLARADO. DEMONSTRADA ATIVIDADE LABORAL. SANADA A FALHA. AFASTADO O RECOLHIMENTO DE RECURSO NÃO IDENTIFICADO AO TESOURO NACIONAL. MANUTENÇÃO DA MULTA RELATIVA AO AUTOFINANCIAMENTO. FUNDO PARTIDÁRIO. FALHA REMANESCENTE DE VALOR ABSOLUTO IRRISÓRIO. PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Insurgência contra sentença que julgou desaprovada a prestação de contas de candidato, em razão da extrapolação do limite de gastos com recursos próprios e em valor superior ao patrimônio declarado, configurando recursos de origem não identificada. Aplicação de multa e determinado o recolhimento do valor equivalente às verbas não identificadas ao Tesouro Nacional.

(...)

3. Recurso de origem não identificada. Embora ausente prova de que a candidata possuísse os recursos disponíveis para investir na própria campanha eleitoral, este Tribunal já entendeu que a declaração de atividade laboral no ramo da agricultura faz pressupor renda mínima, permitindo,

portanto, a doação de recursos próprios até o limite de 10% do valor do teto de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, devendo ser afastada a irregularidade e a ordem de recolhimento ao Tesouro Nacional.

4. A falha remanescente, de valor nominal irrisório, permite a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, para a construção de um juízo de aprovação das contas com ressalvas, conforme a jurisprudência deste Tribunal e do Tribunal Superior Eleitoral.

5. Provimento parcial.

(TRE/RS - Recurso Eleitoral n 060019348, ACÓRDÃO de 16/09/2021, Relator OYAMA ASSIS BRASIL DE MORAES, Publicação: PJE - Processo Judicial Eletrônico-PJE)

No caso, o valor do autofinanciamento é ligeiramente superior a 10% do teto de isenção do IRPF, mas a formação profissional do candidato permite afastar os indícios de recursos de origem não identificada.

Assim, **deve ser afastada a irregularidade, no valor de R\$ 3.000,00.**

O item 4.1 do parecer conclusivo aponta que subsistem irregularidades em despesas com recursos do FEFC, em relação **1)** à ausência ou insuficiência de comprovação da despesa, por ausência de apresentação de documento fiscal, ausência de descrição detalhada da operação, de forma a comprovar a prestação efetiva do serviço e por insuficiência de comprovação dos gastos com pessoal, nos termos do §12, do art. 35, da Resolução TSE 23607/2019 e **2)** à ausência de apresentação de nota fiscal de despesa com impulsionamento de conteúdo.

Em relação ao item **(1)**, o parecer conclusivo indica dezenas de despesas, a grande maioria relacionada a gastos com pessoal e abastecimento de veículos, totalizando R\$ 56.763,71.

A maior parte das irregularidades diz respeito à ausência de documento apto a comprovar a despesa. Seja o contrato, no caso de serviços de militância ou de auxílio à candidatura, sejam os documentos fiscais, no caso de abastecimento ou o fornecimento de outros produtos ou serviços.

A ausência de esclarecimentos pelo candidato quanto à relação contratual que justificaria os gastos, ou a pertinência das despesas com as atividades de campanha impede a

certificação da regularidade dos valores despendidos.

Quanto às despesas com pessoal, são listados diversos pagamentos, em relação aos quais não se localiza o contrato de prestação de serviços ou os contratos apresentados não satisfazem as exigências do art. 60 c/c o art. 35, §12, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A existência de pagamentos sem a apresentação dos respectivos instrumentos contratuais impede a verificação da natureza dos serviços prestados. Por outro lado, a ausência das informações relativas às condições de trabalho, como local das atividades, horas trabalhadas, atividades executadas e justificativa do preço contratado impossibilita a fiscalização da correta utilização dos recursos públicos oriundos do FEFC.

A carência de documentos é de tal ordem, que praticamente inviabiliza a certificação da regularidade das contas. Diante da omissão do candidato, todavia, que foi devidamente intimado a trazer aos autos os documentos apontados pelo exame de contas, não há como concluir pela regularidade das despesas.

O total dos **pagamentos irregulares, pois sem lastro contratual compatível, ou sem a apresentação do documento fiscal correspondente, atinge o valor de R\$ 56.763,71**, o qual deve ser recolhido ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/19.

Por fim, o parece conclusivo aponta um gasto realizado com o Facebook **(2)**, no valor de R\$ 4.500,00, sendo que houve emissão de documento fiscal na quantia de R\$ 3.347,18 .

Assim, **observa-se a existência de créditos não utilizados no valor de R\$ 1.152,82, que deve ser transferido ao Tesouro Nacional**, nos termos do art. 35, §2º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A soma das irregularidades identificadas alcança R\$ 57.916,53 (R\$ 56.763,71 + R\$ 1.152,82), o que corresponde a 38,17% da receita total do(a) candidato(a) (R\$ 151.748,68), o que justifica a desaprovação das contas e a determinação de recolhimento da quantia irregular ao Tesouro Nacional.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pela desaprovação das contas e pela determinação de recolhimento do valor de R\$ 57.916,53 ao Tesouro Nacional.

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.

PAULO GILBERTO COGO LEIVAS
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL